



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55^a LEGISLATURA**

Em 25 de outubro de 2016
(terça-feira)
às 10h

RESULTADO
33^a Reunião, Ordinária

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

	Audiência Pública Interativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

Audiência Pública Interativa

Assunto / Finalidade:

Progressividade tributária: uma alternativa à PEC 241/2016.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RQE 13/2016](#), Senador Lindbergh Farias

Participantes:

Felipe Rezende

- Professor Associado do Departamento de Economia da Hobart and William Smith Colleges

[Apresentação do Sr. Felipe Rezende](#)

André Calixtre

- Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea

[Apresentação do Sr. André Calixtre](#)

Fernando Gaiger

- Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea

[Apresentação do Sr. Fernando Gaiger](#)

Resultado: Audiência pública realizada.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**COMPLEMENTAÇÃO DE RESULTADO
33ª REUNIÃO, ORDINÁRIA
EM 25 DE OUTUBRO DE 2016**

Foram lidos e serão apreciados posteriormente os seguintes requerimentos:

REQUERIMENTO N° 27/2016, de iniciativa da senadora Vanessa Grazziotin, que requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a presença dos pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Fabiola Sulpino Vieira e Rodrigo Pucci de Sá e Benevides, autores do estudo "Os impactos do novo regime fiscal para o financiamento do sistema único de saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil" (Nota Técnica N° 28 Disoc/Ipea), como forma de contribuir nos debates sobre a PEC 241, que trata do novo regime fiscal, em tramitação no Legislativo Federal.

REQUERIMENTO N° 28/2016, de iniciativa da senadora Vanessa Grazziotin, que requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para discutir os efeitos da PEC 241, de 2016, em tramitação no Legislativo Federal, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o novo regime fiscal e limitar por vinte anos os gastos públicos. Para tanto, propõe-se os seguintes convidados: Élida Graziane, procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo; Ingo Wolfgang Sarlet, professor titular da PUC-RS e

desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; Heleno Torres, professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

REQUERIMENTO N° 29/2016, de iniciativa do senador Lindbergh Farias, que requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, cumulado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidada a Sra. Maria Silvia Bastos Marques, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para, em audiência nesta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, prestar informações sobre a antecipação de pagamentos do BNDES ao Tesouro, noticiado na imprensa desde maio de 2016.